

Companhia Tecidos Santanense – em recuperação judicial

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Submetemos, à sua apreciação, as demonstrações contábeis intermediárias relativas ao primeiro trimestre de 2024, juntamente com o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes.

Contexto operacional de 2024

A Companhia tem apresentado em suas demonstrações financeiras consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia tem honrado seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo teve uma forte redução de seu capital de giro, o que impactou suas atividades operacionais. A Administração da Companhia está empenhada na recomposição do capital de giro necessário para a regularização de suas atividades operacionais. Também tem negociado o alongamento de seu passivo financeiro.

A Companhia e outras empresas do Grupo, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

A Santanense faturou R\$ 5,8 milhões no primeiro 1T2024. O quadro abaixo destaca os principais resultados no 1T2024 e 1T2023.

Destaques Financeiros Consolidados	R\$ mil	
	1T2024	1T2023
Receita bruta	5.781	3.460
Receita líquida	(1.153)	2.822
Custo dos produtos vendidos	(477)	(2.713)
Custo de ociosidade e outros	(20.693)	(16.565)
	-----	-----
Prejuízo bruto	(22.323)	(16.456)
	-----	-----
Resultado operacional	(35.706)	(23.880)
	-----	-----

Resultado operacional e EBITDA

O resultado operacional da Companhia foi impactado pela redução de suas operações.

Reconciliação EBITDA	R\$ mil	
	1T2024	1T2023
Prejuízo líquido	(38.622)	(30.398)
(+) Imposto de renda e contribuição social	-	-
(+) Resultado financeiro	(2.916)	(6.518)
(+) Depreciação e amortização	2.432	2.742
EBITDA	(39.106)	(34.174)

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no 1T2024 foi uma despesa de R\$2,9 milhões, enquanto no 1T2023 foi uma despesa de R\$6,5 milhões.

Resultado financeiro	R\$ mil	
	1T2024	1T2023
Juros e encargos financeiros	(9.125)	(10.350)
Juros sobre arrendamentos	(1)	(43)
Despesas bancárias, descontos	(1.175)	(3.728)
Receitas financeiras	10.786	8.074
Variações cambiais, líquidas	(3.401)	(471)
Resultado financeiro	(2.916)	(6.518)

Relacionamento com auditores independentes

Em 2024, a Santanense não contratou outros serviços dos auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Mercado de Capitais

O preço de fechamento das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, negociada na B3 sob os códigos CTSA3 e CTSA4, respectivamente, foram iguais a R\$3,03 e R\$1,57 com desvalorização de 42,0% e 28,0%, respectivamente, em relação ao preço de fechamento do ano de 2023, enquanto o índice IBOVESPA teve desvalorização de 4,8% no 1T2024 e o índice Small Cap apresentou desvalorização de 4,1%, no mesmo período.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial (“CTNM”) e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“ODERNES”) para elas, a CTNM e outras empresas do Grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela AMMO Varejo S.A. - em recuperação judicial (“AMMO”) em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretendia executar as ações de emissão da AMMO, de titularidade da Coteminas S.A. - em recuperação judicial (“CSA”), e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	Controladora	Consolidado
Trabalhista	20.240	20.240
Quirografário	190.866	190.879
ME e EPP	2.238	2.238
Não sujeito	59.692	59.692
Fiscal	86.634	86.657
	-----	-----
	359.670	359.706
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) para fins de dação em pagamento das respectivas cotas para fins de pagamento de parte dos credores.

A Companhia e demais empresas do Grupo vem avançando nas negociações com seus credores e providenciando os documentos relacionados ao seu PRJ no intuito de possível realização da assembleia geral de credores ("AGC") em 2025. No entanto, até a divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias, os termos finais do PRJ, assim como de eventuais acordos de apoio ao plano, entre a Companhia e seus principais credores financeiros, ainda se encontram em tratativas.

Eventos subsequentes

Repactuação de empréstimos e financiamentos

Nesta seção, são apresentadas as principais informações de forma resumida. Para informações completas, favor ler Nota Explicativa 22. EVENTOS SUBSEQUENTES das Demonstrações Contábeis Intermediárias relativas a 31 de março de 2024. As repactuações apresentadas abaixo não estão refletidas nestas Demonstrações Contábeis Intermediárias relativas a 31 de março de 2024

Em maio de 2024, algumas empresas do grupo (CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em Recuperação Judicial e Seda S.A.), proprietárias dos imóveis, entregaram esses imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco Industrial do Brasil, no valor total de R\$ 64,3 milhões (R\$ 12,9 milhões em empréstimos da Companhia).

Entre junho e novembro de 2024, a Companhia repactuou dívidas no montante (i) de R\$ 4,7 milhões com Banco Fibra e, (ii) de R\$ 4,0 milhões com o Banco Sofisa.

Outros eventos subsequentes

Em 6 de fevereiro de 2025, foi comunicado ao mercado, que o Conselho de Administração da Companhia, em reuniões realizadas em 31 de janeiro de 2025 e 5 de fevereiro de 2025, deliberou submeter à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a ser realizada em 12 de março de 2025, proposta de grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 4 ações para 1 ação de cada espécie, sem modificação do valor do capital social. Após a aprovação desta proposta, a Companhia divulgará, na data de realização da referida assembleia, maiores informações sobre o referido grupamento.

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos aos clientes, aos colaboradores, aos fornecedores, aos acionistas, às entidades financeiras, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos estratégicos e sociais.

Itaúna – MG, 11 de março de 2025.

A Administração

Companhia Tecidos Santanense

(em recuperação judicial)

Demonstrações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Trimestre Findo
em 31 de março de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores
Independentes S/S.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Tecidos Santanense - em Recuperação Judicial

Itaúna - MG

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Companhia Tecidos Santanense - em Recuperação Judicial ("Companhia")**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os período de três meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance de Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

- 1.** A Companhia incorreu em prejuízos de R\$ 38.622 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2024, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 172.954 mil na controladora e R\$ 173.001 mil no consolidado, respectivamente.

Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 8 de maio de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que ajuizou pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 26 de julho de 2024. Nos termos da Lei no 11.101/2005, a Companhia apresentou o plano de recuperação judicial em 26 de setembro de 2024, contendo o detalhamento dos meios de recuperação a serem empregados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. O referido plano de recuperação judicial inclui as alternativas para retomada das operações e geração de caixa. Atualmente, o plano ainda não foi aprovado pelos credores e encontra-se em fase de discussão, podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores, que será oportunamente convocada em data ainda a ser definida pelo juiz responsável pela recuperação judicial.
- 2.** No trimestre findo em 31 de março de 2024, a Companhia e suas controladas apresentaram indicação de que os valores contábeis dos seguintes ativos poderiam exceder seus valores recuperáveis líquidos: imobilizado, direito de uso e partes relacionadas, cujos saldos consolidados, em 31 de março de 2024, montam a R\$ 97.934 mil, R\$ 1.327mil e R\$ 247.680 mil, respectivamente. Entretanto, a Companhia e suas controladas não realizaram o teste de redução no valor recuperável (*impairment*) com premissas observáveis destes ativos, em 31 de março de 2024, como requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Devido à ausência de premissas observáveis no teste do valor recuperável, bem como considerando o cenário descrito no parágrafo anterior, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar eventuais perdas por redução ao valor recuperável nos referidos ativos, tampouco seus possíveis impactos nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do período de três meses findo em 31 de março de 2024.
- 3.** Conforme descrito na nota explicativa 20 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia apresenta, em 31 de março de 2024, no consolidado, Custo dos produtos vendidos e custos com ociosidade no valor de R\$ 477 mil e R\$ 20.693 mil, respectivamente. Até a presente data, não nos foram disponibilizadas todas as informações atualizadas com detalhes e evidências suficientes e apropriadas para que pudéssemos determinar se algum ajuste seria necessário nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do período de três meses findo em 31 de março de 2024.

Considerando os aspectos acima descritos, esse conjunto de elementos e a sua pervasividade no contexto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que inclusive remete a um cenário de múltiplas incertezas, não nos permitem neste momento reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir sobre a adequação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, inclusive quanto ao pressuposto de continuidade e sua correspondente base para a elaboração em 31 de março de 2024.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações intermediárias individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas

Fomos contratados, também, para revisar as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", também não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre essas demonstrações em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, comparativas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023 e sobre a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, relatório de auditoria com abstenção de opinião referente a (i) Plano de Recuperação Judicial e valor recuperável de ativos, (ii) Impostos devidos e parcelamentos, (iii) Obrigações Fiscais e Sociais, (iv) Custos dos produtos vendidos, custo de ociosidade e outros, em 02 de dezembro de 2024.

A revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023 foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de revisão sobre aquelas informações trimestrais, sem modificações, em 05 de setembro de 2023.

São Paulo, 11 de março de 2025.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes S/S
CRC 2SP-048.811/O-0



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVOS

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.726	27.585	16.727	27.586
Duplicatas a receber	4	13.075	38.456	13.075	38.456
Estoques	5.a	51.311	51.740	51.311	51.740
Adiantamentos a fornecedores	5.b	4.107	1.491	4.107	1.491
Impostos a recuperar	14.c	10.727	8.200	10.728	8.200
Outros créditos a receber		2.507	4.692	2.526	4.715
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		98.453	132.164	98.474	132.188
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Depósitos judiciais	16	7.719	7.712	7.719	7.712
Partes relacionadas	13	247.680	222.190	247.680	222.190
Outros créditos a receber		3.200	12.773	3.200	12.773
Impostos a recuperar	14.c	23.415	29.783	23.415	29.783
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.b	36.217	36.217	36.217	36.217
		-----	-----	-----	-----
		318.231	308.675	318.231	308.675
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	6	72.794	72.809	-	-
Propriedades para investimento	7	-	-	78.010	78.010
Outros investimentos		175	175	175	175
Imobilizado	8	97.934	100.304	97.934	100.304
Direitos de uso	9	1.327	920	1.327	920
Intangível		3	4	3	4
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		490.464	482.887	495.680	488.088
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		588.917	615.051	594.154	620.276
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	11	167.185	177.196	167.185	177.196
Fornecedores	10	56.137	50.184	56.152	50.186
Obrigações fiscais e sociais		19.564	14.189	19.564	14.189
Impostos e taxas		105	88	143	125
Dividendos a pagar	12.b	852	852	852	852
Imposto de renda e contribuição social		-	-	15	15
Arrendamentos a pagar	15	706	769	706	769
Impostos devidos e parcelamentos	14.d	20.837	20.325	20.837	20.325
Outras contas a pagar		6.021	4.788	6.021	4.788
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		271.407	268.391	271.475	268.445
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	11	38.896	35.983	38.896	35.983
Arrendamentos a pagar	15	623	222	623	222
Partes relacionadas	13	1	-	4	5
Provisões diversas	16	24.766	20.079	24.766	20.079
Provisão para impostos diferidos	14.b	-	-	5.166	5.166
Impostos devidos e parcelamentos	14.d	70.874	69.529	70.874	69.529
Outras obrigações		4.206	4.082	4.206	4.082
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		139.366	129.895	144.535	135.066
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
	12				
Capital realizado		180.000	180.000	180.000	180.000
Reservas de lucros		8.511	8.511	8.511	8.511
Ajuste de avaliação patrimonial		28.022	28.022	28.022	28.022
Ajuste acumulado de conversão		233	232	233	232
Prejuízos acumulados		(38.622)	-	(38.622)	-
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		178.144	216.765	178.144	216.765
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e patrimônio líquido		588.917	615.051	594.154	620.276
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2024	31.03.2023	31.03.2024	31.03.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	(1.153)	2.822	(1.153)	2.822
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	20	(477)	(2.713)	(477)	(2.713)
CUSTO DE OCIOSIDADE E OUTROS	20	(20.693)	(16.565)	(20.693)	(16.565)
PREJUÍZO BRUTO		(22.323)	(16.456)	(22.323)	(16.456)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	20	(1.642)	(2.237)	(1.642)	(2.237)
Gerais e administrativas	20	(4.022)	(4.045)	(4.036)	(4.045)
Honorários da administração	20	(941)	(762)	(941)	(762)
Equivalência patrimonial em controladas	6	(14)	-	-	-
Outras, líquidas		(6.764)	(380)	(6.764)	(380)
RESULTADO OPERACIONAL		(35.706)	(23.880)	(35.706)	(23.880)
Despesas financeiras – juros e encargos		(9.125)	(10.350)	(9.125)	(10.350)
Juros sobre arrendamentos	15	(1)	(43)	(1)	(43)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(1.175)	(3.728)	(1.175)	(3.728)
Receitas financeiras		10.786	8.074	10.786	8.074
Variações cambiais, líquidas		(3.401)	(471)	(3.401)	(471)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(38.622)	(30.398)	(38.622)	(30.398)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(38.622)	(30.398)	(38.622)	(30.398)
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ações ordinárias – R\$	21	(1,3023)	(1,0250)		
Ações preferenciais – R\$	21	(1,4326)	(1,1275)		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(38.622)	(30.398)
Outros resultados abrangentes--		
- Itens que impactarão o resultado:		
Variação cambial sobre investimento no exterior	1	4
	-----	-----
	1	4
	-----	-----
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(38.621)	(30.394)
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total	
		Benefícios fiscais	Legal	Lucros a realizar					Retenção de lucros
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	180.000	57.191	17.596	1.469	25.949	28.934	211	-	311.350
Resultado abrangente:									
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	(30.398)	(30.398)
Variação cambial sobre investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	4	-	4
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	4	(30.398)	(30.394)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023	180.000	57.191	17.596	1.469	25.949	28.934	215	(30.398)	280.956
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajuste acumulado de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	180.000	8.511	28.022	232	-	216.765
Resultado abrangente:						
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(38.622)	(38.622)
Variação cambial sobre investimento no exterior	-	-	-	1	-	1
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente	-	-	-	1	(38.622)	(38.621)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024	180.000	8.511	28.022	233	(38.622)	178.144
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023	31.03.2024	31.03.2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(38.622)	(30.398)	(38.622)	(30.398)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	2.432	2.742	2.432	2.742
Equivalência patrimonial	14	-	-	-
Resultado na alienação do imobilizado	(868)	356	(868)	356
Juros, encargos e comissões	13	5.628	13	5.628
Juros sobre arrendamentos	1	43	1	43
Variação cambial	3.401	471	3.401	471
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	4.687	437	4.687	437
	<u>(28.942)</u>	<u>(20.721)</u>	<u>(28.956)</u>	<u>(20.721)</u>
Variações nas contas de ativos e passivos				
Duplicatas a receber	23.670	36.951	23.670	36.951
Estoques	429	(2.776)	429	(2.776)
Adiantamentos a fornecedores	(2.616)	147	(2.616)	147
Impostos a recuperar	3.841	(2.783)	3.841	(2.783)
Fornecedores	5.791	4.392	5.804	4.391
Outros	19.194	1.352	19.196	1.346
	<u>21.367</u>	<u>16.562</u>	<u>21.368</u>	<u>16.555</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes de juros e impostos				
	21.367	16.562	21.368	16.555
Juros e encargos sobre empréstimos pagos	(2.572)	(8.916)	(2.572)	(8.916)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(175)	(1.321)	(175)	(1.321)
	<u>18.620</u>	<u>6.325</u>	<u>18.621</u>	<u>6.318</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos				
	18.620	6.325	18.621	6.318
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(62)	(149)	(62)	(149)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	519	-	519
Empréstimos entre partes relacionadas	(20.669)	1.996	(20.670)	2.000
	<u>(20.731)</u>	<u>2.366</u>	<u>(20.732)</u>	<u>2.370</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento				
	(20.731)	2.366	(20.732)	2.370

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023	31.03.2024	31.03.2023
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos, líquidos de encargos antecipados	4.317	11.596	4.317	11.596
Liquidação de empréstimos	(13.032)	(44.810)	(13.032)	(44.810)
Liquidação de arrendamentos	(34)	(326)	(34)	(326)
Dividendos pagos	-	(38)	-	(38)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(8.749)	(33.578)	(8.749)	(33.578)
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa em moeda estrangeira	1		1	
	-----	-----	-----	-----
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(10.859)	(24.887)	(10.859)	(24.890)
	-----	-----	-----	-----
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	27.585	26.800	27.586	26.872
No fim do período	16.726	1.913	16.727	1.982
	-----	-----	-----	-----
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(10.859)	(24.887)	(10.859)	(24.890)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023	31.03.2024	31.03.2023
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	(222)	3.386	(222)	3.386
Resultado na alienação do ativo imobilizado	868	(356)	868	(356)
	-----	-----	-----	-----
	646	3.030	646	3.030
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(204)	(3.279)	(204)	(3.279)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.141)	(9.745)	(18.142)	(9.745)
	-----	-----	-----	-----
	(18.345)	(13.024)	(18.346)	(13.024)
VALOR CONSUMIDO BRUTO	-----	-----	-----	-----
	(17.699)	(9.994)	(17.700)	(9.994)
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(2.432)	(2.742)	(2.432)	(2.742)
	-----	-----	-----	-----
VALOR CONSUMIDO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(20.131)	(12.736)	(20.132)	(12.736)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(14)	-	-	-
Receitas financeiras	10.786	8.074	10.786	8.074
Variação cambial ativa	97	(809)	97	(809)
	-----	-----	-----	-----
	10.869	7.265	10.883	7.265
VALOR CONSUMIDO TOTAL A RETER	-----	-----	-----	-----
	(9.262)	(5.471)	(9.249)	(5.471)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR RETIDO	=====	=====	=====	=====
Remuneração do trabalho	14.345	14.374	14.345	14.374
Impostos, taxas e contribuições	2.390	255	2.403	255
Remuneração de capitais de terceiros	12.625	10.298	12.625	10.298
Remuneração de capitais próprios	(38.622)	(30.398)	(38.622)	(30.398)
	-----	-----	-----	-----
VALOR CONSUMIDO RETIDO	(9.262)	(5.471)	(9.249)	(5.471)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob as siglas “CTSA3” e “CTSA4”. A Companhia é controlada pela Oxford Comércio e Participações S.A. – em recuperação judicial (“Oxford”) e sediada na rua Doutor Alcides Gonçalves, número 1.500, em Itaúna, MG.

A Companhia e a controlada Santanense Argentina S.A. têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. A Companhia possui ainda a controlada operacional, Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial, cujo objetivo é a administração de imóveis para investimento.

A Companhia tem apresentado em suas demonstrações financeiras consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia estava honrando seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo teve uma forte redução de seu capital de giro o que impactou suas atividades operacionais.

A Companhia e outras empresas do Grupo, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

A Administração da Companhia está empenhada na recomposição do capital de giro necessário para a regularização de suas atividades operacionais, em consequência da reestruturação estratégica e operacional realizada em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial (“CTNM”) e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por ODERNES Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“ODERNES”) para elas, a CTNM e outras empresas do Grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela AMMO Varejo S.A. - em recuperação judicial (“AMMO”) em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretendia excutir as ações de emissão da AMMO, de titularidade da Coteminas S.A. - em recuperação judicial (“CSA”), e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem excutidas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios impactados negativamente pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	Controladora	Consolidado
Trabalhista	20.240	20.240
Quirografário	190.866	190.879
ME e EPP	2.238	2.238
Não sujeito	59.692	59.692
Fiscal	86.634	86.657
	-----	-----
	359.670	359.706
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) para fins de dação em pagamento das respectivas cotas para fins de pagamento de parte dos credores.

A Companhia e demais empresas do Grupo vem avançando nas negociações com seus credores e providenciando os documentos relacionados ao seu PRJ no intuito de possível realização da assembleia geral de credores ("AGC") em 2025. No entanto, até a divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias, os termos finais do PRJ, assim como de eventuais acordos de apoio ao plano, entre a Companhia e seus principais credores financeiros, ainda se encontram em tratativas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de março de 2025.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional das suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros.

Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são

avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial

apurada é registrada na conta de “Ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido e também apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente.

(i) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(j) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(k) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (Pequena Central Hidroelétrica)	25 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(l) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(m) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(n) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros-- Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(o) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(p) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(q) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(r) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(t) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(u) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(v) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c e nº 4), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.k e nº 8), estimativa do valor de

recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.n, nº 5.a, nº 8 e nº 9), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.j e nº 7), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.r e nº 16), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.o e nº 14), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 17) e outras similares.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial (“Santanense Empreendimentos”) e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações contábeis intermediárias da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 31 de março de 2024, de R\$0,0058 (R\$0,0060 em 31 de dezembro de 2023) e pela média mensal para as contas de resultado.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Impactos</u>
Emenda IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante e Revisão de Pronunciamento Técnico nº 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.	As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes (vencidos ou potencialmente exigíveis dentro de um ano).	Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória em 2026 e 2027. Todavia, foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Norma IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma.
Norma IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa estabelecer os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados com o clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma.
Norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	As alterações visam promover a consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações da norma são: (i) Novas categorias e subtópicos no DRE: operacional, investimento e financiamento; (ii) Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA); e (iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Estamos avaliando os impactos da norma para adoção antecipada ou atendimento conforme prazo definido na mesma.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Depósitos bancários	4.952	5.067	4.952	5.067
Operações compromissadas (*)	10.920	21.690	10.920	21.690
Depósitos no exterior	-	-	1	1
Bloqueios judiciais	854	828	854	828
	-----	-----	-----	-----
	16.726	27.585	16.727	27.586
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras correspondem a 100% das taxas que remuneraram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora e consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023
Cientes no mercado interno	21.401	40.894
Cientes no mercado externo	12.301	18.189
	-----	-----
	33.702	59.083
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(20.627)	(20.627)
	-----	-----
	13.075	38.456
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 66 dias (76 dias em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 2.597 clientes ativos em 31 de março de 2024 e apenas três clientes representam historicamente mais de 4% da receita de vendas ou do contas a receber.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o trimestre findo em 31 de março de 2024.

Em 31 de março de 2024, considerando as informações subsequentes à essa data até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora e consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023
Saldo no início do período	(20.627)	(20.602)
Adições	-	(124)
Variação cambial	-	99
	-----	-----
Saldo no final do período	(20.627)	(20.627)
	=====	=====

5. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Controladora e consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023
Matérias-primas e secundários	7.745	9.408
Produtos em elaboração	14.826	14.625
Produtos acabados	9.816	8.797
Peças de reposição	18.924	18.910
	-----	-----
	51.311	51.740
	=====	=====

Os grupos de estoques de matéria prima, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos. Em 31 de março de 2024, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

b. Adiantamentos a fornecedores

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
2025	4.107	1.491	4.107	1.491
	=====	=====	=====	=====

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patri- mônio	Partici- pação	Resultado do	Total dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	Líquido	- %	período	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.03.2023
Santanense Empreendimentos	72.799	100	(14)	72.799	72.813	(14)	-
Santanense Argentina S.A.	(5)	100	-	(5)	(4)	-	-
				-----	-----	-----	-----
				72.794	72.809	(14)	-
				=====	=====	=====	=====

	31.12.2023	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	31.03.2024
Santanense Empreendimentos	72.813	(14)	-	72.799
Santanense Argentina S.A.	(4)	-	(1)	(5)
	-----	-----	-----	-----
	72.809	(14)	(1)	72.794
	=====	=====	=====	=====

	31.12.2022	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	31.03.2023
Santanense Empreendimentos	73.465	-	-	73.465
Santanense Argentina S.A.	(25)	-	4	(21)
	-----	-----	-----	-----
	73.440	-	4	73.444
	=====	=====	=====	=====

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	31.03.2024			31.12.2023
	Imóveis Itaúna (1)	Outros imóveis (2)	Total	Total
Custo residual do imóvel	1.250	-	1.250	1.250
Mais valia apurada	76.000	760	76.760	76.760
	-----	-----	-----	-----
Valor justo	77.250	760	78.010	78.010
	=====	=====	=====	=====

As propriedades para investimento não apresentaram movimentações no 1º trimestre de 2024 e 2023, respectivamente.

A Companhia obteve avaliações efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Imóveis Itaúna: Em 2018, a controlada Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna, em Minas Gerais. Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica "Propriedades para investimento", avaliados ao valor justo. A controlada previa ceder seus terrenos para a instalação de loteamentos, em contrapartida à aproximadamente 36,5% de participação no valor total de vendas do referido loteamento, líquidos de impostos e comissões de venda. Em 2023 o projeto foi descontinuado e a Companhia registrou a totalidade do valor justo dos ativos. Os valores apurados foram os seguintes:

	31.03.2024	31.12.2023
Custo residual do imóvel	1.250	1.250
Mais valia apurada (a)	76.000	76.000
	-----	-----
Valor justo (b)	77.250	77.250
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$5.115 (R\$5.115 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Outros imóveis: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento e são assim compostos:

	31.03.2024	31.12.2023
Custo residual do imóvel	-	-
Mais valia apurada (a)	760	760
	-----	-----
Valor justo (b)	760	760
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$51 (R\$51 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

8. IMOBILIZADO

		Controladora e consolidado			
		31.03.2024	31.12.2023		
Taxa (*)		Depreciação			
%	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos e benfeitorias	-	942	-	942	949
Edifícios	2,5	54.347	(29.257)	25.090	25.386
Instalações	6,7	57.502	(39.484)	18.018	18.592
Máquinas e equipamentos	6,1	164.221	(122.877)	41.344	42.674
Usina hidroelétrica	3,5	23.245	(13.048)	10.197	10.322
Móveis, utensílios e outros	6,1	8.442	(7.512)	930	1.000
Obras em andamento	-	1.413	-	1.413	1.381
		-----	-----	-----	-----
		310.112	(212.178)	97.934	100.304
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista a expectativa de regularização de suas atividades e geração de caixa, a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usina hidro-elétrica	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	949	25.386	18.592	42.674	10.322	1.000	1.381	100.304
Adições	-	-	-	-	20	8	34	62
Baixas líquidas	(7)	-	-	-	-	(8)	-	(15)
Transferências								
- Imobilizado	-	-	-	1	-	1	(2)	-
Depreciação do período	-	(296)	(574)	(1.331)	(145)	(71)	-	(2.417)
Saldo em 31 de março de 2024	942	25.090	18.018	41.344	10.197	930	1.413	97.934
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usina hidro-elétrica	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	950	26.571	20.887	48.055	10.907	1.321	1.006	109.697
Adições	-	-	-	-	44	-	105	149
Baixas líquidas	-	-	(41)	(330)	(104)	(44)	-	(519)
Transferências								
- Imobilizado	-	16	78	363	-	-	(457)	-
Depreciação do período	-	(297)	(579)	(1.360)	(146)	(83)	-	(2.465)
Saldo em 31 de março de 2023	950	26.290	20.345	46.728	10.701	1.194	654	106.862
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Obras em andamento correspondem principalmente a modernização de máquinas e equipamentos.

9. DIREITOS DE USO

A composição dos direitos de uso sobre arrendamentos contratados é como segue:

	Taxa (*) % a.a.	Controladora e consolidado			
		31.03.2024		31.12.2023	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	51,1	2.539	(1.236)	1.303	878
Veículos	50,0	143	(119)	24	42
		-----	-----	-----	-----
		2.682	(1.355)	1.327	920
		=====	=====	=====	=====

(*) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos saldos consolidados dos direitos de uso no período foi como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	878	42	920
Adições (1)	1.303	-	1.303
Baixas	(865)	-	(865)
Amortização do período	(13)	(18)	(31)
	-----	-----	-----
Saldo em 31 de março de 2024	1.303	24	1.327
	=====	=====	=====
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.620	208	1.828
Adições (1)	-	84	84
Amortização do período	(195)	(98)	(293)
	-----	-----	-----
Saldo em 31 de março de 2023	1.425	194	1.619
	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
Mercado interno	53.805	47.869	53.818	47.869
Mercado externo	3.336	3.233	3.338	3.235
Empresas associadas:				
Mercado externo	1.895	1.836	1.895	1.836
	-----	-----	-----	-----
Total	59.036	52.938	59.051	52.940
Circulante	(56.137)	(50.184)	(56.152)	(50.186)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante (a)	2.899	2.754	2.899	2.754
	=====	=====	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Outras obrigações".

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 255 dias (40 dias em 31 de dezembro 2023).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora e consolidado	
	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	31.03.2024	31.12.2023
Moeda nacional:					
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	R\$	4,9 + CDI	2026	18.398	17.767
Banco Safra S.A. – CCB	R\$	6,2 e 6,5 + CDI	2029	18.062	17.631
Banco do Brasil S.A. – CCB (a) (1) (2)	R\$	100,0 do CDI	2033	19.029	18.448
Banco Fibra S.A. – CCE	R\$	5,0 + CDI	2024	1.525	1.525
Banco Sofisa S.A. – CCB	R\$	6,7 + CDI	2024	3.570	9.585
Banco BOCOM BBM – CCB	R\$	7,0 + CDI	2025	6.692	6.441
Banco ABC do Brasil – CCB	R\$	3,9 + CDI	2026	5.347	6.967
Banco Industrial do Brasil S.A. - CCB	R\$	9,0 + CDI	2025	13.839	24.641
Banco ABC do Brasil – CCE	R\$	15,7	2027	6.087	5.864
Outros	R\$	-	2024	4.075	1.004
				96.624	109.873
Moeda estrangeira:					
Banco Industrial do Brasil S.A.	US\$	13,2	2024	2.194	2.436
TopFashion Business Co, Ltd. (b) (1) (2)	US\$	3,8 + SOFR	2026	106.328	100.870
Banco ABC do Brasil S.A. – ACC	US\$	11,5	2024	935	-
				109.457	103.306
Total				206.081	213.179
Circulante				(41.828)	(61.794)
Não circulante				164.253	151.385

(1) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo, no valor de R\$125.357, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial em 31 de março de 2024. Os valores reclassificados foram como segue:

	Consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	41.828	125.357	167.185
Não circulante	164.253	(125.357)	38.896
Total dos Empréstimos	206.081	-	206.081

(2) Em 31 de dezembro 2023, diante do não cumprimento de certos índices financeiros relativos a esse empréstimo, a Companhia apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial. Os valores reclassificados foram como segue:

	Controladora e consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	61.794	115.402	177.196
Não circulante	151.385	(115.402)	35.983
Total dos Empréstimos	213.179	-	213.179

(a) Empréstimo com cláusula de vencimento antecipado, onde a Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), na condição de avalista, comprometeu-se a atingir o seguinte índice financeiro: razão entre

Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anuais.

(b) Empréstimo com cláusula de vencimento antecipado, onde a Companhia comprometeu-se a atingir alguns covenants operacionais na vigência do contrato de empréstimo. A SOFR (Secured Overnight Financing Rate) é uma taxa de financiamento utilizada em captações de recursos garantidos por títulos do governo dos Estados Unidos (US Treasury bonds).

Os empréstimos são garantidos por aval, duplicatas a receber e imóveis.

Os vencimentos (originais) dos empréstimos são como segue:

		2025				
	2024	Curto Prazo	Longo prazo	2026	2027 a 2033	Total
Moeda nacional:						
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	4.798	1.774	5.322	6.504	-	18.398
Banco Safra S.A. – CCB	92	-	3.369	4.493	10.108	18.062
Banco do Brasil S.A. – CCB	-	-	-	165	18.864	19.029
Banco Fibra S.A. – CCE	1.525	-	-	-	-	1.525
Banco Sofisa S.A. – CCB	3.570	-	-	-	-	3.570
Banco BOCOM BBM – CCB	6.364	328	-	-	-	6.692
Banco ABC do Brasil – CCB	1.752	490	1.471	1.634	-	5.347
Banco Industrial do Brasil S.A. - CCB	8.967	2.924	1.948	-	-	13.839
Banco ABC do Brasil – CCB	1.488	552	1.656	2.207	184	6.087
Outros	4.075	-	-	-	-	4.075
	32.631	6.068	13.766	15.003	29.156	96.624
Moeda estrangeira:						
Banco Industrial do Brasil S.A.	2.194	-	-	-	-	2.194
Topfashion Business Co., Ltd.	-	-	-	106.328	-	106.328
Banco ABC do Brasil S.A. – ACC	935	-	-	-	-	935
	3.129	-	-	106.328	-	109.457
Total	35.760	6.068	13.766	121.331	29.156	206.081
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Considerando os eventos subsequentes a 31 de março de 2024, vide maiores detalhes na nota explicativa nº 22.a às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação consolidada dos empréstimos foi como segue:

	31.03.2024	31.03.2023
Saldo no início do período	213.179	159.059
Novas captações ou renovações	4.317	11.507
Juros provisionados	7.758	6.885
Amortização de principal	(13.032)	(44.810)
Pagamento de juros	(2.572)	(8.916)
Variação cambial	3.336	(196)
Encargos antecipados, líquidos	-	89
Dação de imóveis em pagamento (1)	(6.905)	-
Saldo no final do período	206.081	123.618
	=====	=====

(1) Em março de 2024, a Companhia e a CSA entregaram imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de seus empréstimos com o Banco Sofisa, via mútuo com as empresas proprietárias dos imóveis (CSA e Encorpar Empreendimentos).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representado como segue:

	Nº de ações	
	31.03.2024	31.12.2023
Ordinárias	9.510.277	9.510.277
Preferenciais: PN	18.314.504	18.314.504
	-----	-----
	27.824.781	27.824.781
	=====	=====

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída anualmente nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de benefícios fiscais

A reserva de isenção de impostos é constituída quando há redução da base de cálculo de imposto de renda e contribuição social dos benefícios fiscais e estaduais.

e. Ajuste acumulado de conversão

É registrado como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial de investimento no exterior, referente à controlada Santanense Argentina S.A.

f. Ajuste de avaliação patrimonial

É registrado como ajuste de avaliação patrimonial, o reflexo de controlada sobre a mais valia apurada no reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo, líquida de impostos (vide nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis intermediárias).

13. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
Controladora:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS – em recuperação judicial	247.680	222.190	-	-
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial	-	-	1	-
	-----	-----	-----	-----
	247.680	222.190	1	-
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS – em recuperação judicial	247.680	222.190	-	-
Coteminas Argentina S.A.	-	-	4	5
	-----	-----	-----	-----
	247.680	222.190	4	5
	=====	=====	=====	=====
			Encargos financeiros receitas/(despesas)	
			31.03.2024	31.03.2023
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS – em recuperação judicial			9.631	7.812
Coteminas S.A. – em recuperação judicial			49	(1.092)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial			(16)	(6)
Seda S.A.			255	36
			-----	-----
Total			9.919	6.750
			=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

No primeiro trimestre de 2024, a Companhia adquiriu produtos intermediários da parte relacionada Coteminas S.A. – em recuperação judicial, no valor de R\$ 1.524 (R\$3.072 no mesmo período de 2023). As transações são efetuadas a preços de mercado.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.- em recuperação judicial e a Companhia possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os seus escritórios. No primeiro trimestre de 2024, foram apropriadas despesas de aluguel no valor de R\$206 (R\$206 no mesmo período de 2023).

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

14. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023	31.03.2024	31.03.2023
Resultado antes dos impostos:	(38.622)	(30.398)	(38.622)	(30.398)
Equivalência patrimonial	14	-	-	-
Diferenças permanentes	32	65	32	65
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(38.576)	(30.333)	(38.590)	(30.333)
Alíquota de 34%	13.116	10.313	13.121	10.313
Créditos fiscais não constituídos	(13.116)	(10.315)	(13.116)	(10.315)
Outras deduções líquidas	-	2	(5)	2
Ajuste ao lucro presumido	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====
Impostos correntes	-	-	-	-
Impostos diferidos	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

b. Impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e de suas controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2023	Reconhecido no resultado	Outros	Saldos em 31.03.2024
Consolidado:				
Imposto diferido ativo:				
Diferenças temporárias	4.028	-	-	4.028
Prejuízo fiscal, líquido	36.216	-	-	36.216
Reclassificações para apresentação de balanço (1)	(4.027)	-	-	(4.027)
	-----	-----	-----	-----
	36.217	-	-	36.217
Imposto diferido passivo:				
Propriedades para investimento (2)	(5.166)	-	-	(5.166)
Diferenças temporárias	(4.027)	-	-	(4.027)
Reclassificações para apresentação de balanço (1)	4.027	-	-	4.027
	-----	-----	-----	-----
	(5.166)	-	-	(5.166)
	-----	-----	-----	-----
Total de impostos diferidos, líquido	31.051	-	-	31.051
	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante	36.217	-	-	36.217
Total do passivo não circulante	(5.166)	-	-	(5.166)
	=====	=====	=====	=====

(1) Reclassificações efetuadas para apresentação do balanço.

(2) Vide nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis intermediárias.

A Companhia, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2026	-	1.875	1.875
2027	-	2.842	2.842
2028	-	1.086	1.086
2029	-	1.222	1.222
A partir de 2030	4.028	29.191	33.219
	-----	-----	-----
	4.028	36.216	40.244
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía R\$ 114.559 em prejuízos fiscais (R\$84.726 em 31 de dezembro de 2023) e R\$114.580 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$84.614 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	23.415	23.773	23.415	23.773
Pis e Cofins a recuperar	1.024	7.001	1.024	7.001
INSS a recuperar	53	53	53	53
Imposto de renda e contribuição social antecipados	9.510	7.028	9.510	7.028
Outros	140	128	141	128
	-----	-----	-----	-----
	34.142	37.983	34.143	37.983
Circulante	(10.727)	(8.200)	(10.728)	(8.200)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	23.415	29.783	23.415	29.783
	=====	=====	=====	=====

d. Impostos devidos e parcelamentos

Os impostos devidos e parcelamentos consolidados são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
Impostos e contribuições federais	89.763	87.920	89.763	87.920
Outros parcelamentos	1.948	1.934	1.948	1.934
	-----	-----	-----	-----
Circulante	91.711	89.854	91.711	89.854
	(20.837)	(20.325)	(20.837)	(20.325)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	70.874	69.529	70.874	69.529
	=====	=====	=====	=====

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

	2024	2025		2026	2027 a 2031	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Impostos e contribuições federais	15.425	4.260	17.040	17.040	35.998	89.763
Outros parcelamentos	1.029	123	494	302	-	1.948
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	16.454	4.383	17.534	17.342	35.998	91.711
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A Companhia possui parcelamentos vigentes e pedidos de parcelamento de impostos e contribuições em atraso. A classificação contábil considera a possibilidade legal de obtenção dos parcelamentos conforme legislação aplicável e respectiva quantidade de parcelas, incluindo multas e juros incorridos.

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Taxa % a.a.	Controladora e consolidado		
		Vencimentos	31.03.2024	31.12.2023
Imóveis	10,34	2026	1.303	946
Veículos	10,34	2024	26	45
			-----	-----
			1.329	991
			(706)	(769)
			-----	-----
Não circulante			623	222
			=====	=====

Os vencimentos dos arrendamentos são como segue:

	2024	2025		2026	Total
		Curto prazo	Longo prazo		
Imóveis	537	179	537	179	1.432
Veículos	26	-	-	-	26
Total bruto	563	179	537	179	1.458
Ajuste a valor presente	(21)	(15)	(66)	(27)	(129)
Total a pagar	542	164	471	152	1.329
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	31.03.2024			31.03.2023
	Imóveis	Veículos	Total	Total
Saldo no início do período	946	45	991	1.882
Adições	1.303	-	1.303	84
Baixas	(932)	-	(932)	-
Encargos	-	1	1	43
Pagamentos	(14)	(20)	(34)	(326)
Saldo no final do período	1.303	26	1.329	1.683
	=====	=====	=====	=====

Os efeitos no resultado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	Controladora e consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023
Arrendamentos pagos no período	34	326
Amortização de direitos de uso	(31)	(293)
Juros apropriados sobre arrendamentos	(1)	(43)
Baixas, líquidas	67	-
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	69	(10)
	=====	=====

A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, considerando os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

16. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$10.771 e R\$3.449 respectivamente (R\$10.771 e R\$479, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). Os principais processos tributários correspondem a: (i) Mandado de Segurança referente a manutenção de débitos no parcelamento PRORELIT (R\$ 2.255); (ii) Auto de Infração referente a GILRAT (R\$ 2.800); e (iii) não homologação das compensações referente a COFINS (R\$ 2.830). Os principais cíveis correspondem a: (i) medidas para atender comunidades afetadas pelas chuvas e pelo estado de atenção da barragem de água Central Geradora Hidrelétrica ("CGH") (R\$ 1.000); e (ii) ação indenizatória com discussão sobre corretagem, submetida à conciliação nos termos do artigo 334 do CPC (R\$ 1.970).

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023
Tributários	11.171	10.826
Trabalhistas	8.541	4.199
Cíveis e outras	5.054	5.054
	-----	-----
	24.766	20.079
	=====	=====
Depósitos judiciais relacionados aos processos acima	3.778	3.778
Outros depósitos judiciais	3.941	3.934
	-----	-----
	7.719	7.712
	=====	=====

Tributários – Provisão sobre crédito complementar de PIS COFINS no valor de R\$10.682 (R\$10.337 em 31 de dezembro de 2023)

Trabalhistas--A Companhia é polo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis e outras--A Companhia estima gastos de aproximadamente R\$3.176 (R\$3.213 em 31 de dezembro de 2023) com demandas administrativas e judiciais, limpeza e demais adequações para a retomada da geração de energia nas Usinas, que foram inundadas com as chuvas de janeiro de 2022.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2023	Adições	Baixas	Saldos em 31.03.2024
Tributários	10.826	345	-	11.171
Trabalhistas	4.199	4.342	-	8.541
Cíveis e outras	5.054	-	-	5.054
	-----	-----	-----	-----
	20.079	4.687	-	24.766
	=====	=====	=====	=====

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia pode realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	16.726	27.585	16.727	27.586
Duplicatas a receber	13.075	38.456	13.075	38.456
Outros créditos a receber (c)	2.507	4.692	2.526	4.715
Depósitos judiciais	7.719	7.712	7.719	7.712
Partes relacionadas	247.680	222.190	247.680	222.190
Outros créditos a receber (nc)	3.200	12.773	3.200	12.773
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	167.185	177.196	167.185	177.196
Fornecedores	56.137	50.184	56.152	50.186
Outras contas a pagar	6.021	4.788	6.021	4.788
Empréstimos e financiamentos (nc)	38.896	35.983	38.896	35.983
Partes relacionadas	1	-	4	5
Outras obrigações	4.206	4.082	4.206	4.082
(c) circulante				
(nc) não circulante				

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	31.03.2024	31.12.2023
Duplicatas a receber	12.301	18.189
Fornecedores	(5.231)	(5.069)
Empréstimos e financiamentos	(109.457)	(103.306)
Outras contas a pagar	(81)	(79)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(102.468)	(90.265)
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(20.509)	(18.644)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de março de 2024 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2024	Alta do Dólar	773	46	1.023	1.999
2026	Alta do Dólar	(21.282)	(12.292)	(41.947)	(71.601)
		-----	-----	-----	-----
		(20.509)	(12.246)	(40.924)	(69.602)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens. Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não havia contratos em aberto, passíveis de flutuação de preço.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à CDI estão demonstrados na nota explicativa nº 11 e vencem substancialmente no curto prazo. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a exposição às variações de mercado nas taxas de juros do CDI, para os empréstimos contratados são como segue:

Descrição	31.03.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.423	130	-	3.553	3.425
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.912	148	-	4.060	3.919
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	4.401	167	-	4.568	4.409
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.912	135	-	4.047	3.919
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	2.091	79	-	2.170	2.095
(referência à nota explicativa nº 11)				18.398	17.767
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,2% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2029	3.910	23	-	3.933	4.117
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2029	14.060	69	-	14.129	13.514
(referência à nota explicativa nº 11)				18.062	17.631

Descrição	31.03.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	18.864	165	-	19.029	18.448
(referência à nota explicativa nº 11)				19.029	18.448
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2024	1.524	1	-	1.525	1.525
(referência à nota explicativa nº 11)				1.525	1.525
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	3.333	237	-	3.570	3.707
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: dezembro/2024 (*)	-	-	-	-	110
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2027 (*)	-	-	-	-	2.654
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2027 (*)	-	-	-	-	3.114
(referência à nota explicativa nº 11)				3.570	9.585
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BOCOM BBM Vencimento: janeiro/2025	5.911	781	-	6.692	6.441
(referência à nota explicativa nº 11)				6.692	6.441
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2026	5.229	118	-	5.347	5.565
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2024	-	-	-	-	1.402
(referência à nota explicativa nº 11)				5.347	6.967
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: maio/2025	13.643	196	-	13.839	16.833
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: fevereiro/2024	-	-	-	-	4.687

Descrição	31.03.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: fevereiro/2024	-	-	-	-	3.121
(referência à nota explicativa nº 11)				13.839	24.641
	84.213	2.249	-	86.462	103.005
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Contratos encerrados antecipadamente devido a renegociações.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de março de 2024, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2024	Alta do CDI	35.558	3.533	3.924	4.447
2025	Alta do CDI	32.778	7.018	7.746	8.817
2026	Alta do CDI	35.934	8.263	11.450	13.861
2027	Alta do CDI	26.726	3.286	4.702	5.570
2028	Alta do CDI	22.046	2.465	3.813	4.568
2029	Alta do CDI	19.307	1.960	3.220	3.895
2030	Alta do CDI	18.156	1.885	3.080	3.727
2031	Alta do CDI	17.095	1.774	2.873	3.476
2032	Alta do CDI	15.563	1.620	2.532	3.062
2033	Alta do CDI	10.611	1.100	1.720	2.080
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima se referem à despesa de juros em seus respectivos cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos naquele ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito aos equivalentes de caixa. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez— A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o período findo em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de março de 2024, não

houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida consolidada da Companhia pode ser assim composta:

	31.03.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	206.081	213.179
Caixa e equivalentes de caixa	(16.727)	(27.586)
	-----	-----
Total da dívida líquida	189.354	185.593
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	178.144	216.765
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	367.498	402.358
	=====	=====

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui duas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações consolidadas por região geográfica:

	Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023
Vendas Líquidas:		
Brasil	4.187	2.462
Outros países	(5.340)	360
	-----	-----
	(1.153)	2.822
	=====	=====

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	5.781	3.460
Deduções das receitas	(6.934)	(638)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(1.153)	2.822
	=====	=====

20. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(10.649)	(9.298)
Remuneração e benefícios a empregados	(14.345)	(14.375)
INSS	(1.582)	(638)
Depreciação e amortização	(2.432)	(2.742)
Variação dos estoques em processo e acabado	1.219	731
	-----	-----
	(27.789)	(26.322)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023
Custo dos produtos vendidos	(477)	(2.713)
Custo de ociosidade	(20.693)	(16.565)
Vendas	(1.642)	(2.237)
Gerais e administrativas	(4.036)	(4.045)
Honorários da administração	(941)	(762)
	-----	-----
	(27.789)	(26.322)
	=====	=====

21. PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	31.03.2024	31.03.2023
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(38.622)	(30.398)
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	(12.385)	(9.748)
Ações preferenciais	(26.237)	(20.650)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	9.510.277	9.510.277
Preferenciais	18.314.504	18.314.504
	<u>27.824.781</u>	<u>27.824.781</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias - R\$	(1,3023)	(1,0250)
Ações preferenciais - R\$	<u>(1,4326)</u>	<u>(1,1275)</u>
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Repactuação de empréstimos e financiamentos

Banco Industrial do Brasil – Em 06 de maio de 2024, a Companhia em conjunto com a controladora indireta CTNM e CSA, entregaram imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de seus empréstimos com o Banco, no valor total de R\$64.340 (sendo R\$12.878 da Companhia), via mútuo com as empresas proprietárias dos imóveis (CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários e Seda S.A.).

Banco Fibra – Em junho de 2024, a Companhia repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$ 4.716, considerando taxa de juros anual de 3% +CDI durante 24 meses e após, taxa de juros anual de 6,75% +CDI e vencimento para junho de 2029. Com amortização anual do principal a partir de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador, CSA e da controladora indireta CTNM e; (ii) alienação fiduciária de bens imóveis.

Banco Sofisa - Em novembro de 2024, a Companhia repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$4.062, considerando vencimento até novembro de 2029, A amortização do principal a partir de dezembro de 2025. O empréstimo é garantido por aval e penhora de imóveis.

As repactuações apresentadas acima não estão refletidas nas apresentações do balanço e notas explicativas das demonstrações contábeis intermediárias de 31 de março de 2024.

b) Outros eventos subsequentes

Grupamento de ações - Em 6 de fevereiro de 2025, foi comunicado ao mercado, que o Conselho de Administração da Companhia, em reuniões realizadas em 31 de janeiro de 2025 e 5 de fevereiro de 2025, deliberou submeter à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a ser realizada em 12 de março de 2025, proposta de grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 4 ações para 1 ação de cada espécie, sem modificação do valor do capital social. Após a aprovação desta

proposta, a Companhia divulgará, na data de realização da referida assembleia, maiores informações sobre o referido grupamento.

* * * * *



COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE (em recuperação judicial)

CNPJ/MF Nº 21.255.567/0001-89

NIRE 3130004221-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2024, emitido nesta data.

Montes Claros, 11 de março de 2025.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora



COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE (em recuperação judicial)

CNPJ/MF Nº 21.255.567/0001-89

NIRE 3130004221-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Montes Claros, 11 de março de 2025.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora